

A NORMATIZAÇÃO DO OLHAR: A HISTÓRIA E O ENGENDRAMENTO DO PASSADO

GREGORY DA SILVA BALTHAZAR*

RESUMO

A partir da ideia da produção científica como ato político, o presente texto visa demonstrar como a história foi e é estruturada pelas subjetividades dos/as historiadores/as, tornando esta disciplina um importante instrumento pedagógico na formação de sujeitos de gênero e sexuais *normais*. Problematizando as formas como categorias universais de homem e mulher, heterossexual e homossexualidade constroem o discurso histórico, demonstrar-se-á, por meio do estudo de caso da tumba de Niankhkhnum e Khnumhoteo, possíveis maneiras de romper com uma leitura normatizadora do passado.

Palavras-chave: História, Discurso, Pedagogias de Gênero e da Sexualidade.

ABSTRACT

Based on the idea of scientific production as a political act, this paper aims to establish how history was and is structured by the historians' subjectivities, making this discipline an important educational tool in the shaping of gender and sexual subjects. Discussing the ways that universal categories of male and female, heterosexual and homosexual build the historical discourse, we will demonstrate, through a case study of Niankhkhnum and Khnumhotep's tomb, possible ways to deconstruct a normative reading of the past.

Keywords: History, Discourse, Gender and Sexual Pedagogies.

* Mestrando em História Antiga pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni. Bolsista CNPq. Membro da **Comissão de Estudos e Jornadas de História Antiga** (PUCRS) e dos Grupos de Pesquisa **Antiguidade e Modernidade: Usos do Passado** (UFPR/UNIFESP) e **Gênero, Sexualidade e Sociedades** (USC). E-mail: gsbalthazar@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, o filósofo Michel Foucault (2010: 204) atentou para o fato da ciência se constituir como um ato político e não enquanto um pré-conhecimento, ou seja, o conhecimento científico é formado por um conjunto de elementos que o tornam uma prática discursiva, especificada não só por sua forma e seu rigor, como também pelos objetos de que se ocupa, pelos tipos de enunciação que põe em jogo, pelos conceitos que manipula e pelas estratégias que utiliza.

Então, para Michel Foucault a ciência faz parte do jogo político do poder, que não se encontra localizado em um lugar específico da estrutura social, pois existem múltiplas relações de poder em um dado corpo social, que são derivados e se estabelecem a partir de um discurso. Para o filósofo, dentro de uma composição discursiva, da qual nada ou ninguém escapa, ou mesmo que exista limites ou fronteiras, o poder não é uma relação unívoca e, sim, é exercida e desigual (FOUCAULT, 2007: 77).

Essa aceção de que o poder está em toda a parte, não porque engloba tudo e sim porque provem de todos os lugares, delineou como o discurso “(...) não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; é visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009: 10).

Segunda essa forma de pensar, os/as intelectuais também fazem parte deste sistema de poder, pois são agentes da consciência e do discurso. Logo, a partir dessa concepção de ciência como um ato político, o presente texto visa problematizar as relações entre a educação, o gênero e a sexualidade na produção do conhecimento histórico, ou seja, tomando como base as considerações teóricas dos estudos feministas ligadas ao pensamento pós-estruturalista, objetiva-se com o presente estudo demonstrar as diferentes formas como gênero e a sexualidade atravessam a interpretação do passado, tornando a história um

importante instrumento pedagógico na formação de sujeitos normais.

DE UMA HISTÓRIA NO MASCULINO PARA UMA HISTÓRIA NO FEMININO

Ao investigar os diferentes tempos das mulheres e tentar apreender a formação de uma terceira geração de feministas, Julia Kristeva (1981: 18-20) identificou a existência concreta de duas gerações ou fases do feminismo, mais conhecidas como “ondas”. Assim, enquanto movimento social visível,¹ a primeira geração feminista se desenvolveu no final do século XIX, tendo em sua pauta reivindicações de direitos sociopolíticos de cunho universalizantes, a saber, o direito ao voto, ao trabalho remunerado, à igualdade salarial, ao estudo, à propriedade e à herança. A segunda fase, pós-maio de 1968, problematizou as normas e condições que relegaram as mulheres à esfera privada, mobilizando uma luta contra a opressão feminina, o direito ao corpo e ao prazer.

Essa fase contemporânea dos feminismos, ou segunda onda, foi profundamente marcada pelo aparecimento do livro *Segundo Sexo* de 1949, onde Simone de Beauvoir enunciou:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualifica de feminino (BEAUVOIR, 1980: 9).

Com esta celebre declaração, Simone Beauvoir influenciou

1 Mesmo antes da existência do movimento social feminista, é possível encontrar traços antigos de mulheres posicionaram e enunciaram ideias próprias. Desde o tardo medievo, por exemplo, intelectuais como Christine de Pisan (1364-1430) e Isabel de Villena (1430-1490) participaram ativamente do movimento literário e filosófico conhecido como *Querelle des Femmes*, que surgiu no século XV como um desdobramento da dialética entre textos a favor e contra as mulheres, focados principalmente em questões sobre a capacidade intelectual e amorosa das mulheres (BROCHADO, 2001).

a pauta política dos movimentos feministas nas últimas décadas, que passaram a problematizar a onipresença das categorias de sexo na organização e estruturação das sociedades, especialmente as consequentes limitações que essa questão trouxe às mulheres. Isto é, os feminismos contemporâneos pautaram-se, ao se delinearem enquanto projetos intelectuais e políticos, em uma identidade sexual compartilhada por um *nós mulheres*, ensejada em uma semelhança anatomia, ao mesmo tempo baseada na concepção de que tornar-se mulher é um processo social e cultural.

A socióloga Francine Descarries (2001: 10) pontuou como os objetivos feministas, da segunda onda, levaram militantes e intelectuais à apreensão singular da dinâmica sexuada das relações sociais, desmistificando uma tradição científica que as havia excluído até então de seus locais de produção. Logo, ao conceber o trabalho de teorização como um ato político, os estudos feministas² seguiram um lugar comum, apesar das divergências: “opor-se aos pressupostos andocêntricos dos saberes dominantes e assim escapar à rigidez das proposições normativas e ao fechamento do pensamento binário e estático do feminino e do masculino” (DESCARRIES, 2001: 10).

Foi justamente nesse contexto, o de emergência dos estudos feministas, que a história das mulheres apareceu como um campo definível dentro da prática histórica.³ Dessa forma, as/os historiadoras/es começaram a problematizar a presença das mulheres enquanto produtoras e sujeitos do conhecimento histórico, isto é, questionaram o falocentrismo do ofício histórico,

2 No contexto das ciências humanas e sociais, designa-se sob o termo ‘Estudos Feministas’ um campo pluridisciplinar de conhecimentos, que se desenvolveu no meio universitário a partir dos 70. Não significa estudos unicamente sobre as mulheres nem corrente homogênea de pensamento; debruça-se sobre as diferentes problemáticas que concernem diversos instrumentos conceituais e metodológicos para analisar a dimensão sexuada das relações sociais de hierarquização e de divisão social, assim como as representações sociais e as práticas que as acompanham, modelam e remodelam (DESCARRIES, 2000: 36).

3 A historiadora Bonnie Smith (2003) demonstrou como já no século XIX as mulheres se dedicaram a prática histórica, mesmo que alijadas a um dito amadorismo. Destacou, também, como o estudo dessas historiadoras contribuíram significativamente, se não foram o motor, de uma ampliação dos objetos e temáticas sociais e do cotidiano, o que concedeu vozes a agentes até então esquecidos pelo relato histórico, a saber, as mulheres, os negros, os colonizados, os operários e os pobres.

uma vez que essa disciplina se constituiu como uma narrativa produzida por homens e que abordava a ação masculina no passado. A historiadora Joan Scott pontuou como, nesse contexto, as/os historiadoras/es passaram a:

(...) reivindicar a importância das mulheres na História [o que] significa necessariamente ir contra as definições de História e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros” ou, pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais. A história das mulheres (...) questiona a prioridade relativa dada à história do “homem”, em oposição à “história da mulher”, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos (SCOTT, 1992: 77-78).

As/os historiadoras/es das mulheres, então, passaram a pensar a categoria *mulher* em contraposição à palavra *homem*, percebida como um termo universal que pretendia abarcar todos os seres humanos. Cécile Dauphin, por exemplo, pontuou que há quase um século Marc Bloch colocou o *homem*, enquanto termo assexuado e universalizante, no centro da investigação histórica ao afirmar que esse era o objeto de preocupação da história e, dessa maneira, continua a autora, sendo a história “um trabalho de homens que escrevem a história no masculino, não é de admirar que a exclusão da mulher tenha parecido e pareça ainda absolutamente natural” (DAUPHIN, 1978: 494).

Portanto, o projeto político da história das mulheres delineou a necessidade de problematizar, do ponto de vista feminino, a história como um saber construído quase exclusivamente a partir da experiência e representações dos homens. Logo, esse novo campo historiográfico, inserida dentro da proposta dos estudos feministas, apresentou-se como uma crítica epistemológica dos vieses sexistas da ciência histórica, rompendo com a segregação sociopolítica que as mulheres foram conduzidas e que teve como consequência seu silenciamento no relato histórico.

Dentro desse processo, as/os historiadoras/es das mulheres defenderam e, ainda por vezes defendem, que o silêncio, que por muito tempo encobriu o passado destes sujeitos femininos, foi

resultado da ausência das mulheres nos registros documentais utilizados na pesquisa histórica no final do século XIX e na primeira metade do XX, como o campo político ou economia. Contudo, Tânia Swain (2008: 30) exemplificou como, em termos históricos, “é um contrassenso afirmar a ausência pura e simples das mulheres das dimensões religiosas, sociais, políticas, da arte, da criação de todos os seus domínios, uma vez que se tenha em mente a *historicidade absoluta das relações sociais*”, ou seja, o silêncio sobre as mulheres na história, para além dessa noção de ausência nos documentos, foi e é um ato político. Nessa esteira, Guacira Louro definiu como:

Uma das contribuições mais provocativas e férteis dos estudos feministas consiste, portanto, em reconhecer que os comportamentos, as crenças, as representações das/os pesquisadoras/es feministas interferem no resultado de suas pesquisas – da mesma forma que interferem as de qualquer pesquisador ou pesquisadora (2011: 158).

A história das mulheres, nessa premissa, fraturou uma pretensão de objetividade, que, desde o cientificismo do século XIX, primou por eclipsar como as subjetividades das/os historiadoras/es sempre foram parte estruturante de suas análises. Dessa forma, a história das mulheres colocou em questão a pretensa objetividade da ciência histórica, propondo uma transformação de suas práticas e a formulação de uma visão outra de história.

Essas proposições teóricas feministas foram marcadas por uma pluralidade teórica e política, algo inerente ao próprio movimento feminista. Conforme apresentou Joana Scott (1988), as/os pesquisadoras/es feministas estiveram divididas em uma oposição política binária, a saber, a igualdade *versus* a diferença. Essa antítese marcou, por um longo período, um posicionamento político dicotômico das/os intelectuais e militantes, sendo:

(...) consideradas “diferencialistas”, principalmente aquelas que seguiram o grupo ligado a Luce Irigaray e Helène Cixous na França, em comparação com as seguidoras de Simone de Beauvoir, consideradas “igualitaristas”.

As “diferencialistas” eram acusadas de “essencialistas” – ou melhor, de que negariam a temporalidade ao atribuir uma ontologia primordial e imutável aos produtos históricos da ação humana. Enfim, que estariam considerando que seria o sexo – no caso o genital – que portavam o que promoveria a diferença em relação aos homens, e que lhes dava a identidade para as lutas contra a subordinação. Assim, diziam que o fato de portarem um mesmo corpo que tem menstruação, que engravida, amamenta e é considerado menos forte, fazia com que fossem alvos das mesmas violências e submissão.

Desta forma, enquanto as igualitaristas reivindicavam que as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública, as “diferencialistas” preconizavam a “feminização do mundo”, e, no caso de Luce Irigaray, a “reinvenção do feminino”. As chamadas “diferencialistas” acusavam, por sua vez, as igualitaristas de exigirem que “todas as mulheres fossem homens para poderem entrar na esfera pública”. Contra isto, afirmavam que, para terem poder, as mulheres “deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos homens.” Assim, embora chamadas de “essencialistas”, as diferencialistas tinham uma perspectiva da diferença entre homens e mulheres tão cultural quanto as chamadas “igualitaristas” (2005: 81-82).

Contudo, algumas mulheres não se sentiam incluídas nessa igualdade ou diferença, então reivindicada por feministas brancas e de classe média, o que levou negras, lésbicas, trabalhadoras, entre outras, a problematizar que diferença ou igualdade era essa que a categoria *mulher* pretendia construir. Esse questionar da própria pauta e prática feminista foi um dos motores do surgimento do termo gênero.

O GÊNERO DA HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DE UM DEBATE PÓS-ESTRUTURALISTA

O vocábulo gênero surgiu do esforço intelectual de estudiosas norte-americanas, que, ao integrarem a terceira geração de feministas, realizaram um revisionismo da história das mulheres e, deste modo, passaram a questionar o caráter primariamente social das diferenças e igualdades baseadas no sexo. Portanto,

passou-se a entender que “estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco, ou nada, a ver com o outro sexo” (SCOTT, 1990: 7), ou seja, a crítica primeira das historiadoras, de que até então se havia escrito somente uma meia história, a do *homem*, acabou sendo repetida pelas feministas que, em uma radical luta para tornar a mulher um agente histórico, produziram também uma meia história, a das *mulheres*.

Ao estudar o gênero, Linda Nicholson identificou como essa categoria foi e é utilizada de duas maneiras diferentes, mesmo que muitas/os estudiosas/os identifiquem nela um significado claro e bem conhecido:

De um lado, o “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, “gênero” é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; “gênero” e “sexo” são portanto compreendidos como distintos. De outro lado, “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”. Esse último uso apareceu quando muitos perceberam que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece. Mas se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o “sexo” não pode ser independente do “gênero”; antes, sexo nesse sentido deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero (2000: 10-11).

A primeira corrente de gênero, descrita acima, pode ser compreendida na leitura do texto *O Tráfico de Mulheres*, em que Gayle Rubin (1993: 2) cunhou o termo *sistema sexo-gênero*; que pode ser compreendido como uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre o sexo e o gênero atendeu à tese de que, por mais que o sexo pareça inalterável em termos biológicos, o gênero foi culturalmente construído, não sendo nem o resultado causal do sexo, nem tão

aparentemente fixo quanto o sexo.⁴

O segundo sentido de uso do gênero teve Joan Scott como uma de suas principais referências, pois demonstrou como:

(...) gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluindo aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é “puro”, não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância – mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada (1994: 13).

A partir das considerações pós-estruturalistas, ligadas ao pensamento de Michel Foucault e Jacques Derrida, pesquisadoras/es propuseram um rompimento com as propostas do sistema sexo-gênero. O empreendimento feminista pós-estruturalista, portanto, exigiu pensar de maneira mais plural a diversidade dos processos de tornar-se homens e mulheres, que, ao não serem mais concebidos como natural ou dado de antemão, passaram a ser concebidos como fenômenos que ocorrem no âmbito da cultura.

Ao pontuar a pluralidade das experiências de gênero, Judith Butler (2008) problematizou as formas como os feminismos construíram uma identidade política, demonstrando como esse sujeito, as mulheres, foi discursivamente produzido e construído pelas mesmas estruturas de poder de que se busca a emancipação. Diz ela:

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim *torna-se* mulher decorre que *mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está

4 Sobre uma discussão do uso do sistema interpretativo sexo-gênero na disciplina histórica, ver Louise Tilly (1994).

aberto a intervenções e re-significações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais (BUTLER, 2008: 59).

Dessa forma, em meio à disputa entre igualdade e diferença, as/os estudiosas/os feministas, como as/os historiadoras/es inseridas/os dentro do projeto da história das mulheres, recriaram e retificaram discursos normatizadores de gênero presentes nas unidades homem e mulher. Isto é, ao utilizarem estes termos como base de reivindicações e críticas políticas e epistemológicas, os feminismos criaram uma dicotomia entre igualdade e diferença, eclipsando a heterogeneidade existente dentro das próprias categorias de homens e de mulheres, bem como cristalizou uma polarização entre masculino e feminino. Em um estudo sobre a ilusão da dicotomia igualdade *versus* diferença, Joan Scott exemplificou como esses conceitos são complementares politicamente, exigindo que a crítica feminista realize dois movimentos:

O primeiro é a crítica sistemática das operações da categoria diferença, a exposição dos tipos de exclusões e inclusões – as hierarquias – que constrói e uma recusa de sua “verdade” final. Uma recusa, porém, não em nome de uma igualdade que implica semelhança ou identidade, mas, sim, (e esse é o segundo movimento) em nome de uma igualdade que repousa sobre as diferenças – diferenças que confundem, perturbam e transformam o significado de qualquer oposição binária fixa. Fazer qualquer outra coisa é comprar o argumento político de que a semelhança é um requisito para a igualdade, uma posição insustentável para feministas (e historiadoras) que sabem que o poder é construído e precisa ser desafiado a partir do campo da diferença (1988: 48).

Nessa perspectiva, a história das mulheres surgiu como crítica dos vieses androcêntricos sobre o passado, mas, na luta para tornar as mulheres um agente histórico, realizou um radical processo de filoginia da prática histórica. Com o intuito de pontuar essa questão, as/os feministas pós-estruturalistas, portanto, tentaram elucidar como o gênero foi e é parte estruturante de todos os

campos da sociedade, sendo um elemento basilar de formas de pensar, práticas sociais, instituições, etc. Isto é, o gênero é uma forma de ordenar o mundo, não antecedendo a organização social e, sim, sendo inseparável dela (MEYER, 2003; SCOTT, 2004).

Gênero e sexualidade, portanto, não se encontram em um campo pré-discursivo, mas são arquitetados através de inúmeras aprendizagens e práticas em uma determinada cultura, que, por meio de inúmeras instâncias socioculturais, educam de maneira explícita ou implícita sujeitos de gênero e sexuais, um processo sempre inacabado e que precisa de constantes retificações. De fato, Guacira Louro exemplificou como a construção do gênero e da sexualidade, que se dá ao longo de toda a vida de maneira contínua e infundável:

(...) insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (2008: 18).

O próprio conhecimento científico, mesmo os ligadas à crítica feminista aos discursos normatizadores, foi e é parte deste conjunto de pedagogias que, ao serem constituídas pelo gênero e sexualidade, são cruciais na produção de sujeitos de gênero e sexuais. No caso da história, Bonnie Smith (2003, p. 219) apontou o gênero como constitutivo dos procedimentos da história científica, e os modos complexos de utilização do gênero foram cruciais para o avanço científico, ou melhor, o desenvolvimento da moderna prática histórica - seus métodos científicos, das epistemologias, das práticas profissionais e de sua escrita - esteve e está estritamente ligado a definições evolutivas de masculino e feminino. Então, será que a proposta de pós-estruturalista, como Joan Scott e Judith Butler, permite romper com esse engendramento do passado?

NORMATIZANDO O PASSADO: O CASO DA TUMBA DE NIANKHKHNUM E KHNUMHOTEP

Como dito, o conhecimento científico foi e é marcado pelo gênero e pela sexualidade, o que permitiu identificar primeiramente um processo de masculinização e, por seguinte, com o advento dos estudos feministas, uma feminização do passado. Ao perceber a ciência como um construto cultura, infere-se como este engendramento do passado esteve ligado a uma concepção binária de gênero e a suas categorias universalizantes de homem e mulher, o que tornou o conhecimento e o pensamento intrínseco a uma matriz heterossexual. Com o intuito de exemplificar este processo e sugerir uma leitura mais plural sobre o passado, examinar-se-á os debates científicos em torno de uma tumba do antigo Egito, que traz em suas paredes representações de afeto entre dois homens.

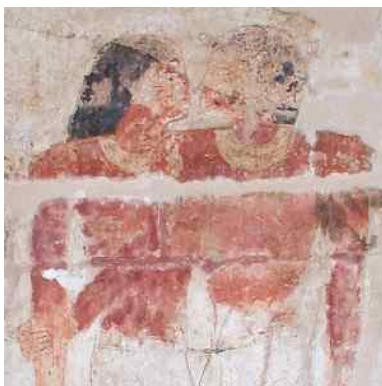


Figura 1 – Detalhe de Niankhkum e Khunhotep abraçados.

Referência: http://www.osirisnet.net/mastabas/niankhkhnum_khnumhotep/

A tumba de Niankhkhnum e Khnumhotep foi descoberta pelo egiptólogo Ahmed Moussa na necrópole de Saqqara, no Egito, em 1964, durante as escavações em torno da pirâmide do faraó Unas. Seu conjunto representacional imediatamente levantou diversas questões devido a sua singularidade iconográfica e o que poderia revelar sobre estes dois homens e suas relações.

No mesmo ano, o Inspetor Chefe do Baixo Egito, Mounir Basta, após explorar essa tumba da V^a dinastia egípcia escreveu:

A importância da descoberta dessa tumba está ligada a essa cena única. As inscrições dessa tumba não nos levam para nenhuma solução, concernente a relação entre os dois mortos. Seriam eles dois irmãos? Seriam eles um pai e um filho? Ou seriam eles dois oficiais do palácio do rei que desfrutaram uma amizade cordial em vida e desejaram mantê-la após a morte no outro mundo? (1979: 47).

Essas questões atravessaram por um longo período os debates em torno da relação destes dois egípcios. Jon Hirst (2009, p. 1) identificou como a semelhança de seus nomes teóforos – Niankhkhnun e Khnumhotep, ligados ao deus Khnum – e de seus títulos – inspetor dos manicures do palácio, administrador do rei, confidente do rei, sacerdote do deus solar Rá, entre outros – são indícios de sua amizade ou parentesco, como irmãos gêmeos.

Em um estudo sobre a existência de um tabu sobre gemelidade no antigo Egito, John Baines (1985, p. 467) defendeu que a extravagante reciprocidade e afeição entre os dois homens são um indicativo de que os donos da tumba são gêmeos e este provável parentesco torna uma possível interpretação de uma relação homossexual extrema, principalmente porque a tumba apresenta representações, mesmo em menor número, dos dois homens com suas esposas e filhos.

Essa forma de leitura é um furto do processo de construção da heterossexualidade com natural e normal, um aspecto intrínseco e sempre presente na vida cotidiana de tempos primordiais até os dias de hoje. Jonathan Katz argumentou, em um estudo sobre a história da heterossexualidade, que:

A não ser pressionado por vozes fortes e insistentes, não damos nome à norma, ao normal e ao processo social de normalização, muito menos os consideramos desconcertantes, objetos de estudo. A análise do anormal, do diferente e do outro, das culturas da minoria, aparentemente tem despertado um interesse muito maior (1996: 27).

Mesmo sendo um conceito moderno, a heterossexualidade sempre foi e é tomada como autoevidente, não precisando de estudos que evidenciem ou expliquem sua presença no passado. Somente as identidades que diferem dessa norma, a do homem branco e heterossexual, é que precisam de estudos que elucidem sua presença e agencia no passado, isto é, nas palavras de Thomas Downson (2008, p. 27), “quando e onde a homossexualidade é pensada como tendo existido no passado, ou onde não pode ser simplesmente ignorada, precisa diferentemente da heterossexualidade de robustas evidencias e explicações”.

O egiptólogo Richard Parkinson (2008, p. 118) pontuou como existe uma ideia sempre presumida de que a sociedade egípcia tenha sido heterossexual, pois diversos documentos apontam o casamento como uma norma cultural oficialmente sancionada. Ainda segundo o autor, mesmo que esse tenha sido o caso, como demonstram diversos estudos, o casamento não exclui o relacionamento sexual entre o mesmo sexo, nem antes ou depois do matrimônio.

O arqueólogo Thomas Dowson (2008), por exemplo, identificou essa exclusão da homossexualidade como um reflexo das bases heterossexistas da egiptologia, tendo como consequência uma visão limitada e normativa da realidade social. Com o objetivo de romper essa visão heteronormativa sobre a história egípcia, Greg Reeder realizou um estudo comparativo das imagens de Niankhkhnun e Khnumhotep com representações de afeto entre maridos e mulheres em tumbas da Vª dinastia:

Apesar de existirem evidencias de que outros membros da família foram enterrados em sua tumba, o túmulo foi construído para os dois manicures coabitarem pela eternidade. (...) As cenas de mãos dadas e de abraços podem ser únicas entre homens de posições iguais nas tumbas privadas, mas não entre marido e esposa. Quando as cenas de total intimidade na tumba de Niankhkhnun e Khnumhotep são compradas com a figuração conjugal inovadora da quarta, quinta e sexta dinastias do Reino Antigo é que o desejo e sentimento entre o mesmo sexo devem ser considerados uma explicação provável. Qualquer que seja a relação biológica entre Niankhkhnun e Khnumhotep, seu vocabulário iconográfico esteve mais alinhado àquele utilizado para representar sentimentos conjugais entre marido e esposa (2000: 207).

O egiptólogo ora citado, portanto, tentou romper com a heteronormatividade presente na escrita da egiptologia, evidenciando como uma leitura possível o relacionamento amoroso entre Niankhkhnun e Khnumhotep. Contudo, outro problema se faz presente na análise de Greg Reeder, a saber, o uso de resquícios do passado como um instrumento de políticas identitárias, ou seja, a tumba de Niankhkhnun e Khnumhotep foi identificada com uma imagem positiva da homossexualidade moderna, auxiliando em uma certa estereotipização da cultura gay.



Figura 2 – Detalhe de Niankhkum e Khunhotep abraçados.

Referência: http://www.osirisnet.net/mastabas/niankhkhnoum_khnoumhotep/

Nessa mesma linha, Richard Parkison (2008: 119) demonstrou como o discurso acadêmico e midiático exaltou o título real dos dois homens, o de “manicure do rei”, identificou sua estrutura corpórea e seu corte de cabelo com os gays hiper-masculinizados dos anos de 1970 e como realizaram uma leitura anacrônica e restritiva dois homens como um casal. Diz o autor:

(...) uma leitura superficial deste título conforma um estereótipo negativo de século vinte, de um homem gay como um extrovertido

cabelereiro. (...) argumentar que estes gestos são exclusivamente conjugais aplica uma ideia moderna de família como uma ligação romântica/sexual entre duas pessoas (...) dois homens abraçados pode parecer um gesto sexual para um acadêmico inglês ou americano nas ruas de sua cidade natal, mas isso não se aplica, por exemplo, nas ruas do Cairo. A linha divisória entre o 'homossocialismo' – um termo útil do trabalho de Eve Sedgwick – e 'homossexualidade' é instável e complexa em qualquer cultura e pode ser difícil de determinar tanto para insiders como para outsiders. (2008: 119-120).

Infere-se, portanto, que essa busca de uma imagem positiva dos homossexuais engendra o passado da mesma forma que as leituras heteronormativas fazem, ou seja, a homonormatização, fruto das políticas identitárias dos movimentos gays e lésbicos modernos, fixa e unifica a própria experiência homossexual, como ocorreu nos anos de 1970 com categoria mulheres. Dessa forma, há uma reafirmação da polaridade heterossexualidade e homossexualidade, identificando a primeira como normal e correto e a segunda como termo abjeto, que precisa se colocar dentro da estrutura heteronormativa.

ROMPENDO A NORMA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentou-se demonstrar, ao longo do presente texto, as diversas formas como o gênero foi e é parte estruturante de formas de pensar e da produção conhecimento, o que torna necessário pontuar com maior relevância o papel da disciplina histórica enquanto uma pedagogia de gênero e da sexualidade, ou seja, um processo educativo que é parte fundamental na construção de sujeitos.

Somente a partir do entendimento dos processos pelos quais o gênero constrói politicamente a história e de como a história constrói politicamente o gênero, é que poder-se-á propor leituras plurais sobre as experiências de gênero e sexuais no passado. Nessa premissa, entende-se a proposta crítica de estudiosas feministas como Joan Scott e Judith Butler como

uma possibilidade de leitura mais libertária, pois primam por empreender uma mudança epistemológica que frature com uma lógica binária e seus efeitos de hierarquização, classificação, dominação e exclusão.

Nessa mesma linha, Guacira Louro (2008: 37) defendeu, cotejando o pensamento de Debbie Epstein e Richard Johnson, que a agenda teórica mova-se da análise das desigualdades e das relações de poder entre categorias sociais binárias e unificadoras para o seu questionamento e desconstrução (sua fixidez, separação ou limites), o que permitirá perceber o jogo de poder ao redor dessas categorias, rompendo com sua aparência binária e unilateral.

Logo, é preciso destacar a heterogeneidade das experiências de gênero e sexuais no passado, formulando uma crítica epistemológica e política que frature com a tendência de construir e pensar o mundo em termos binários. Nesse sentido, entende-se que, para romper com a normatização do discurso histórico, é necessário perceber que os indivíduos não se enquadram de maneira completa ou permanente nas unidades categoriais de homem e mulher, heterossexual e homossexual, e muitos se mantêm na margem ou na fronteira dessas formas de classificações.

Tentou-se demonstrar no presente texto as possibilidades de questionar as verdades e certezas sobre gênero e sexualidade que o discurso histórico produziu e produz, ou seja, defende-se que é preciso refletir sobre o caráter da história como uma pedagogia de gênero e da sexualidade, pois somente ao problematizar as formas como essa ciência constrói identidades e práticas é que será possível desorganizá-las e transformá-las, assim, educando o olhar para perceber a pluralidade das experiências dos indivíduos com o gênero e a sexualidade no passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAINES, John. Egyptian Twins. *Orientalia*, 54, pp. 462-486, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BROCHADO, Cláudia. A Querelle des Femmes. *Textos de História*, v. 9, n. 1/2, pp. 31-51, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: O Feminismo e a Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DAUPHIN, Cécile. Mulheres. In: IN: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1978.

DAWSON, Thomas. Queering Sex and Gender in Ancient Egipto. In: GREVES-BROWN, Carolyn. *Sex and Gender in Ancient Egypt: 'Don You Wig for a Joyful Hour'*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2008, pp. 27-46.

DESCARRIE, Françoise. Teorias Feministas: Liberação e Solidariedade no Plural. *Textos Históricos*, vol. 8, nº1, pp. 9-44, 2000.

HIRST, Jon. *The Mastaba of Niankhkhnum-Khnumhotep*. < http://www.osirisnet.net/mastabas/niankhkhnum_khnumhotep/e_niankhkhnum_khnumhotep_01.htm>

KATZ, Jonathan. *A Invenção da Heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Edioro, 1996.

KRISTEVA, Julia. Women's Time. *Signs*, v. 7, n. 1, pp. 13-35, 1981.

LOURO, Guacira. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

_____. *Um Corpo Estranho: Ensaios sobre a Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, pp. 9-41, 2000.

PARKISON, Richard. 'Boasting about Hardness: Constructions of Middle Kingdom Masculinity. In: GREVES-BROWN, Carolyn. *Sex and Gender in Ancient Egypt: 'Don You Wig for a Joyful Hour'*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2008, pp. 115-142.

PEDRO, Joana. Traduzindo o Debate: O Uso da Categoria Gênero na Pesquisa Histórica. *História*, v. 24, n.1, pp. 77-98, 2005.

REEDER, Greg. Same-Sex Desire, Conjugal Constructs, and the Tomb of Niankhkhnum and Khnunhotep. *World Archaeology*, v. 32, n. 2, pp. 193-208, 2000.

RUBIN, Gayle. *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a "Economia Política" do Sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan. Deconstructing Equality-Versus-Difference: Or, the Uses of Post-Structuralist Theory for Feminism. *Feminist Studies*, v. 14, n. 1, pp. 33-50, 1988.

_____. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16, v. 2, pp. 5-22, 1990.

_____. Prefácio Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu* (3), p. 11 – 27, 1994.

SMITH, Bonie. *História e Gênero: Homens, Mulheres e a Prática Histórica*. Bauru: Edusc, 2003.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3), Campinas, pp. 29-62, 1994.

SWAIN, Tânia Navarro. História: Construção e Limites da Memória Social. In: RAGO, Margareth & FUNARI, Pedro Paulo. *Subjetividades Antigas e Modernas*. São Paulo: Annablume, 2008, pp. 29-46.